



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0106/2025/PMX
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 057/2025/PMX
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2025/PMX
CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 904/2025/PMX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 904/2025/PMX, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE XINGUARA, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA, E A EMPRESA CONSTRUTORA ILUMINAR MATERIAIS E SERVICOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE XINGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito regularmente no CNPJ/MF sob o nº 04.144.150/0001-20, com sede na Praça Vitória-Régia, Centro, neste Município, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 327171 SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 126.176.101-44, residente e domiciliado na Rodovia PA-279, Km 02, Estância Vila Boa, saída para Tucumã, Xinguara, Estado do Pará, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CONSTRUTORA ILUMINAR MATERIAIS E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.775.840/0001-12 estabelecida à Avenida B, s/nº Quadra 66 Lote 23, Bairro Jardim América, CEP: 68.557-810, Xinguara – PA, Telefone: (94) 99175-7621, e-mail: iluminarxinguara@hotmail.com, representada neste ato pelo Sr. **FENELON LUSTOSA NETO**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG 4.835.932 SSP/PA, CPF 031.707.753-83, residente e domiciliado na cidade de Xinguara – PA, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 106/2025/PMX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da legislação correlata aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO – SRP – Nº 057/2025/PMX, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE XINGUARA/PA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrónio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	CABO FLEXIVEL 1,5MM	INSTALACCOM	MTS	3.000	1,13	3.390,00
10	CABO FLEXIVEL 2,5MM	INSTALACCOM	MTS	3.000	1,83	5.490,00
13	CAIXA DE PASSAGEM ELETRICA DE PISO (SUPORTANDO ATE 500KG DIAMETRO 30CM X 30CM X30CM FEITA EM PVC COM AS ENTRADS PRE CORTADAS- CAIXA ACONHA TAMPA DE PVCE PORTA TAMPA	SODRAMAR	UN	50	400,00	20.000,00
14	CHAVE ESTRELA CATRACA AÇO ISOLADA 1000V MEDIDA 14MM	WESTERN	UN	15	157,90	2.368,50
15	CHAVE INGLES AJUSTAVEL 12 POLEGADAS ISOLADA 1000V	WESTERN	UN	15	195,20	2.928,00
16	CINTA CIRCULAR PARA POSTE 170MM COM 3 PARAFUSOS M 16 FRANCES DESCRIÇÃO: ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR GALVINIZADO A FOGO COM PEFEITO ACABAMENTO- PRODUTO NOVO	GENÉRICA	UN	100	28,99	2.899,00
17	CINTA CIRCULAR PARA POSTE 180MM COM 3 PARAFUSOS M 16 FRANCES DESCRIÇÃO ABRAÇADEIRA PARA POSTE CIRCULAR GALVINIZADO A FOGO COM PEFEITO ACABAMENTO - PRODUTO NOVO	GENÉRICA	UN	100	29,99	2.999,00
18	CINTO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA	FACINTOS	UN	10	116,21	1.162,10
20	CONTROLADORA DMX X512	DURABELLO	UN	20	225,00	4.500,00
21	DISJUNTOR BIPOLAR DE 20A DESCRIÇÃO: TIPO DE CURVA C , CORRENTE	ELITEK	UN	100	20,79	2.079,00

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrónio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	NOMONAL 50A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 3000=3000 ^a =3KA					
22	DISJUNTOR BIPOLAR DE 10A UNIPOLAR DESCRIÇÃO: TIPO DE CURVA C, CORRENTE NOMONAL 10A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 3000=3000 ^a =3KA	ELITEK	UN	50	19,00	950,00
23	DISJUNTOR BIPOLAR DE 16A UNIPOLAR DESCRIÇÃO: TIPO DE CURVA C, CORRENTE NOMONAL 16A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 3000=3000 ^a =3KA	ELITEK	UN	200	19,00	3.800,00
24	DISJUNTOR BIPOLAR DE 25A UNIPOLAR DESCRIÇÃO: TIPO DE CURVA C, CORRENTE NOMONAL 25A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 3000=3000 ^a = 3KA	ELITEK	UN	480	19,00	9.120,00
25	DISJUNTOR BIPOLAR DE 80A, DESCRIÇÃO TIPO CURVA C, CORRENTE NOMONAL 80A INTERRUPÇÃO 3000=3000 ^a =3KA	ELITEK	UN	80	58,00	4.640,00
28	DISJUNTOR BIPOLAR 100A	ELITEK	UN	100	58,00	5.800,00
29	DISJUNTOR CAIXA MODULAR/3P LINHACM1 TRIPOLAR 250A	ELITEK	UN	50	240,00	12.000,00
30	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 125A	ELITEK	UN	50	210,00	10.500,00
31	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 150A	ELITEK	UN	50	240,00	12.000,00
32	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A	ELITEK	UN	100	90,49	9.049,00
36	INTERRUPTOR DE UMA TECLA DE IMBUTIR PARALELO	DICOMPEL	UN	200	6,32	1.264,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

39	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 200W FLUXO LUMINOSO: 33.000 EFICIENCIA (IM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120° TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL.: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 3,02 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	AVANT	UN	150	343,98	51.597,00
40	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 200W FLUXO LUMINOSO: 33.000 EFICIENCIA (IM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120° TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL.: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO	AVANT	UN	50	343,98	17.199,00

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrônio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	DISPONÍVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 3,02 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO					
43	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 100W FLUXO LUMINOSO: 14.000 EFICIENCIA (IM/W): 140 ANGULO DE ABERTURA: 120º TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR: 5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONÍVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,54MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	AVANT	UN	225	257,99	58.047,75
44	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 100W FLUXO LUMINOSO: 14.000 EFICIENCIA (IM/W): 140 ANGULO DE ABERTURA: 120º TENSÃO DE	AVANT	UN	75	257,99	19.349,25



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR: 5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,54MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO					
45	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 150W FLUXO LUMINOSO: 24.750 EFICIENCIA (IM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120º TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,71 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO	AVANT	UN	225	319,00	71.775,00

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrônio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓLUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO					
46	LUMINÁRIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 150W FLUXO LUMINOSO: 24.750 EFICIENCIA (IM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120º TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,71 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓLUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	AVANT	UN	75	319,00	23.925,00
47	LUMINARIA PÚBLICA LED POTÊNCIA MÁXIMA 30W FLUXO LUMINOSO: 3.600EFICIENCIA (IM/W): 120 ANGULO DE ABERTURA: 120ºTENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A	AVANT	UN	200	179,00	35.800,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	55°CFATOR DE POTENCIA: >0,95 VPROTETOR DE SURTO: 06/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK 08 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,08 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LED 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO					
48	LUMINÁRIA 40W 6000 LED POTÊNCIA MÁXIMA 40W FLUXO LUMINOSO: 5.200 EFICIENCIA (IM/W): 130 ANGULO DE ABERTURA: 120° TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR: 5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,95 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM ESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK 09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,08 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	AVANT	UN	150	179,00	26.850,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

49	LUMINÁRIA 40W 6000 LED POTÊNCIA MÁXIMA 40W FLUXO LUMINOSO: 5.200 EFICIENCIA (IM/W): 130 ANGULO DE ABERTURA: 120° TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR: 5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,95 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0-10V ENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM ESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK 09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,08 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	AVANT	UN	50	179,00	8.950,00
67	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA BIFÁSICA COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10MM² E DISJUNTOR DIN 50ª (NÃO	AUTACK	UN	5	1.360,00	6.800,00
73	POSTE DE AÇO CONICO CONTINUO RETO ENGASTADO H=9M, SEM LUMINÁRIA	FOYU	UN	150	1.119,00	167.850,00
74	POSTE DE AÇO CONICO CONTINUO RETO ENGASTADO H=9M, SEM LUMINÁRIA	FOYU	UN	50	1.119,00	55.950,00
75	POSTE DE AÇO GALVANIZADO CONICO 7 OM, CURVO, BRAÇO	PASAMIC	UN	53	1.119,00	59.307,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	SIMPLES+BRAÇO ADICIONAL H=4 M, KIT LUMINÁRIA COM LAMPADAS LED 250 WATTS E RELE FOTOELÉTRICO					
78	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO COMPRIMENTO DE 2M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE METÁLICO AF 08/2020, 47.5MM	REQUINTE	UN	900	97,99	88.191,00
79	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO COMPRIMENTO DE 2M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE METÁLICO AF 08/2020, 47.5MM	REQUINTE	UN	300	97,99	29.397,00
81	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA POTENCIA: 138W ATE 180W FLUXO LUMINOSO: 24.750 EFICIENCIA (LM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120° TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0- 10VENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORASPESO (KG) 2,70 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM INJETADO/LENTE EM	ALUT	UN	300	500,00	150.000,00

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrônio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO					
82	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA POTENCIA: 138W ATE 180W FLUXO LUMINOSO: 24.750 EFICIENCIA (LM/W): 165 ANGULO DE ABERTURA: 120º TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 98-277 VAC FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ TEMPERATURA DE COR 3000K/4000K/5000K TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40°C A 55°C FATOR DE POTENCIA: >0,99 PROTETOR DE SURTO: 10/12KA IRC>70 DIMERIZÁVEL: 0- 10VENCAIXE DE FIXAÇÃO DISPONIVEIS: 33MM/48MM/60,3MM RESISTÊNCIA A IMPACTOS: IK09 VIDA ÚTIL: 102.000 HORAS PESO (KG) 2,70 MATERIAIS UTILIZADOS: ALUMÍNIO INJETADO/LENTE EM INJETADO/LENTE EM PMMA/PINTURA À PÓ LUMES 5.000K CONFORME PORTARIA Nº 62 DO INMETRO	ALUT	UN	100	500,00	50.000,00
85	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000W	MARGIRIUS	UN	600	19,00	11.400,00
91	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL PVC DN 50MM (1 1/2") PARA REDE ENTERRADA E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	GUPAR	MTS	1.800	18,38	33.084,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

98	CAIXA EM ALVENARIA DE 30X30X30CM C/ TPO. CONCRETO	ELETROSUL	UN	8	241,59	1.932,72
VALOR TOTAL DOS ITENS R\$ 1.084.343,32 (UM MILHÃO OITENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).						1.084.343,32

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o CONTRATADO.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do contrato deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total do contrato é de **R\$ 1.084.343,32 (UM MILHÃO OITENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias para o orçamento de 2025, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA UBANA
PROJETO/ATIVIDADE: 15.452.0004.2138 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

PROJETO/ATIVIDADE: 15.452.0004.2207 – MELHORIAS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

PROJETO/ATIVIDADE: 15.452.0004.1104 – EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 8 (oito) dias corridos contados a partir da data de recebimento da ordem de compra e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, sempre dentro do município de Xinguara.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

5.1.2. Os fornecedores que efetivarem a entrega por meio de transportadora deverão intermediar a exigência contida no subitem anterior, entre a empresa terceirizada e o Município de Xinguara/PA.

5.2. A aquisição dos serviços será de forma **PARCELADA**, conforme a demanda da Secretaria.

5.3. Os serviços solicitados deverão atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade e atender as dimensões mínimas determinadas.

5.4. A CONTRATADA deve cumprir as obrigações constantes, conforme:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições;

b) Responsabilizar-se pelos danos correntes do objeto;

c) Entrega do objeto conforme a descrição;

d) Não poderá ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.5. Requisitos sustentáveis para a CONTRATADA:

a) Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010.

b) Atender ao padrão de qualidade dos serviços, respeitando obrigatoriamente a especificação já elencada no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

5.6. Os produtos deverão ser de primeira qualidade e sempre dentro do prazo de validade, estando em perfeito estado de conservação.

5.7 Caso seja encontrada qualquer incompatibilidade, o produto deverá ser substituído imediatamente por conta e ônus da CONTRATADA.

5.8. Não aceito o bem entregue, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, para que se possa adequar o solicitado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

5.9 Durante o recebimento, o CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer do (s) bem (s) que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) do Anexo I, do presente contrato sem qualquer ônus para a administração pública.

5.10. Para cada pedido de fornecimento do objeto contratado feito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será responsável por todo e qualquer ônus decorrente da entrega, inclusive o frete até o endereço da CONTRATANTE, tantas vezes quantos forem necessários, conforme a necessidade da Administração. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo o Município de Xinguara, responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o fornecimento;

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. É vedada a subcontratação completa ou de parcela da obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos produtos e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável designado pela CONTRATANTE, conforme disposto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA com a indicação dos dados bancários necessários para o crédito, bem como deverá estar acompanhada de:

a) Comprovante de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 124, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrônio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

b) Comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e perante a Seguridade Social.

7.3. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária ou outro meio previamente acordado entre as partes, desde que seja garantida a rastreabilidade do pagamento.

7.4. Caso sejam constatados vícios ou irregularidades nos produtos entregues, ou na documentação apresentada, o prazo para pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA regularize as pendências. O prazo será reiniciado a partir da regularização.

7.5. A CONTRATANTE poderá reter valores eventualmente devidos, caso sejam identificadas obrigações contratuais, fiscais ou legais descumpridas pela CONTRATADA, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.6. Os encargos decorrentes de atrasos de pagamento por parte da CONTRATANTE, quando devidos, serão limitados aos índices estabelecidos pela legislação vigente, aplicados sobre o valor atualizado.

7.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1. O prazo de validade;

7.7.2. A data da emissão;

7.7.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.7.5. O valor a pagar; e

7.7.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar:

7.9.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;

7.9.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.10. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de IGP-M e o Índice Geral de Preços – Mercado.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s)

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.6.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.6.2. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Xinguara – PA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.6.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.6.4. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.6.5. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9.6.6. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);
- 10.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - **Multa:**

- (a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
- (c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
- (d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

11.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência desse dia.

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 30 (trinta) dias da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 30 (trinta) dias da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

15.3.1. Para garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, fica designado o Sr(a). **DIOGO SILVA PEREIRA**, CPF nº 013.801.392-60, RG nº 6719248 PC/PA, servidor(a) Público municipal decreto nº23/2025, e portaria nº. 66/25 como Fiscal do Contrato.

15.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

15.6. O CONTRATADO deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

15.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

15.7. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.8. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

15.9. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

15.9.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

15.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

15.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

15.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o foro da Comarca de Xinguara/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem em pleno acordo, CONTRATANTE e CONTRATADO, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza efeitos legais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Xinguara - PA, 03 de dezembro de 2025.

MUNICÍPIO DE XINGUARA – PARÁ
OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JUNIOR
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONSTRUTORA ILUMINAR MATERIAIS E SERVICOS LTDA
FENELON LUSTOSA NETO – Representante
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Centro Administrativo Luiz da Platina
Rua Petrônio Portela, s/n, Centro, Xinguara-PA
CEP 68.555-21

